

A história externa da Língua portuguesa: do Latim ao Português

Pedro Antonio Gomes de Meloⁱ

Resumo: Afirmar que a língua portuguesa tem a sua origem no latim falado na Península Ibérica pelos povos romanizados é repetir o óbvio; no entanto, deve-se advertir que o termo latim não é unívoco, já que existem variedades do idioma dos romanos como: *sermo urbanus* – linguagem do estrato social mais culto e o *sermo plebeius* – linguagem da massa popular inculta: *rusticus* (camponeses), *castrenses* (militares) e *peregrinus* (estrangeiros). Em razão disso, busca-se, neste texto, enfatizar que a língua portuguesa é uma continuação do latim popular, ou seja, é a forma que o latim da Lusitânia adquiriu com suas diversas variedades sociais, que se prolongou no romance galego-português, uma variante do latim que constitui um estágio intermediário entre o latim vulgar e as línguas românicas modernas - atualizando-se, em sua evolução no tempo e no espaço, no atual Português usado no Brasil.

Palavras-chave: Linguística Histórica. História externa. Diacronia. Língua Portuguesa.

The Portuguese language external history: from Latin to Portuguese

Abstract: To affirm that the portuguese language has its origin in the Latin spoken in the Iberian Peninsula by the Romanized peoples is to repeat the obvious; however, it should be noted that the Latin term is not univocal, since there are varieties of the language of the Romans such as: *sermo urbanus* - language of the most cultured social strata and *sermo plebeius* - language of the uneducated mass: *rusticus* (peasants), *military* (military) and *pilgrims* (foreign). For this reason, it is sought, in this text, to emphasize that the Portuguese language is a continuation of the popular Latin, that is, it is the form that the Latin of Lusitânia acquired with its various social varieties, which was prolonged in the Galician-Portuguese novel, a variant of Latin that constitutes an intermediate stage between vulgar Latin and modern Romance languages - updating, in its evolution in time and space, in the current Portuguese used in Brazil.

Keywords: Historical Linguistics. External history. Diachrony. Portuguese language.

Submetido em: 09 mar. 2020

Aprovado em: 15 abr. 2020



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Compartilha Igual 4.0 Internacional
DLCV – Língua, Linguística & Literatura

ISSN 1679-6101
EISSN 2237-0900

ⁱ Graduação em Letras: Português e Inglês pelo Centro de Ensino Superior de Maceió (CESMAC). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá/PR (UEM), área de concentração em Linguística. Atualmente, é Professor Titular da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: pedro.lingua@outlook.com.

INTRODUÇÃO

Durante o longo período de tempo em que foi utilizado como língua viva, o latim sofreu, evidentemente, profundas transformações. Nessa perspectiva, inicia-se este artigo científico com a citação de Bechara (2009) que servirá como fio condutor para narrativa sobre a história externa da Língua Portuguesa, compreendida como uma variedade ibero-românica, ora apresentada.

A língua portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do Império Romano, no início do séc. III a.C., particularmente no processo de romanização dos povos do oeste e noroeste (lusitanos e galaicos), processo que encontrou tenaz resistência dos habitantes originários dessas regiões. (BECHARA, 2009, p. 1).

Sob o olhar oriundo do processo de romanização da Península Ibérica caracterizado como ponto inicial que desencadeou as mudanças sofridas pelo latim, da divulgação da língua latina e sua transformação, da formação e expansão de Portugal e, por fim, do desenvolvimento do português que hoje é usado no Brasil, este texto procura reconstituir, sucintamente¹, o percurso dos principais eventos políticos, sociais, culturais entre outros que repercutiram na história externa da Língua Portuguesa.

Nessa direção, este trabalho científico tem por objetivo introduzir o leitor à história externa da Língua Portuguesa que parte do latim, compreendido, em princípio, como um dialeto de Roma – usado pelos camponeses e pastores, com forte influência do indo-europeu, sem refinamento de qualquer espécie – restrito à margem do Rio Tibre que se dialetou de diferentes maneiras nos diversos reinos que se formaram, ao longo do tempo, na Península Ibérica após a expansão do Império Romano ocidental, culminando com a formação de Portugal e instituindo a Língua Portuguesa como uma língua nacional.

Este texto está dividido em duas seções: a primeira traz questões da antiguidade ligadas à Roma antiga, destacando sua expansão territorial e, conseqüentemente, o processo de latinização; a segunda traz o surgimento de Portugal, pondo em foco algumas questões ligadas ao galego-português e seu desdobramento na língua portuguesa. Ao final do artigo, expõe-se as considerações finais e as referências.

¹ Uma vez que essa temática se trata de um assunto extenso, sendo assim este texto se caracteriza como uma pesquisa geral e ampla.

HISTÓRIA EXTERNA DA LÍNGUA PORTUGUESA: A ORIGEM

A história externa trata a língua “como um objeto social, como um instrumento de relações humanas, de cultura e de transmissão do saber.” (LIMA, 2009, p. 20). Pelo referido, pode-se dizer que as línguas nacionais se impõem na medida em que existe uma necessidade de colonização, de imposição cultural e por que não dizer de relações de poder estabelecidas?

Embora a Península Ibérica tenha sido habitada antes da ocupação romana, a história externa e/ou interna² da língua portuguesa está intimamente ligada à história dessa Península e seus falares peninsulares, uma vez que o latim levado pelos soldados romanos à Península, no período pré-histórico do Português, de fato, faz parte da história da Língua Portuguesa.

O latim pertence à grande família das línguas indo-europeias ocidentais do grupo itálico, a grande semelhança entre esse grupo linguístico se fez supor a existência de uma língua única, a qual se convencionou denominar “itálico” e que teria dado origem às línguas itálicas, entre elas: o latim.

Com efeito, geograficamente, pode-se estabelecer como marco nascedouro da língua portuguesa o continente europeu, mais precisamente em sua parte ocidental, na Península Ibérica. Todavia, é importante dizer que as línguas não se formam ou evoluem em uma reta, mas elas se interpenetram.

Na antiguidade, antes de Cristo e antes do surgimento dos reinos da Espanha e Portugal, habitava as regiões sul e leste dessa Península, um povo primitivo denominado de ibero (ou ibérico). Era um povo pacífico, cuja atividade principal era a agricultura.

Figura 1 – Mapa da Península Ibérica na Europa



Fonte: bhistoriaaqui (2020)

² Cabe à história interna apresentar aspectos relacionados às mudanças estruturais que uma dada língua sofreu ao longo do tempo (fonética, morfológica, sintática etc.); já para a história externa, cabe apresentar eventos de ordem extralinguística, como questões sociais, históricas, políticas, econômicas, bélicas etc. que influenciaram o fluxo da história de uma dada língua.

No Século VI a.C., os Celtas³, vindos do norte da Europa, mais precisamente da região que atualmente se localiza parte dos territórios da França, Suíça e Holanda, invadiram a Península Ibérica, impondo sua cultura à região. Nesta mescla étnica com os nativos iberos, originou-se um novo povo que, historicamente, é conhecido como celtibero (ou celtibérico = celta + ibérico).

Os celtiberos representam os povos ibéricos pré-romanos celtas ou celtizados, eles constituíam uma civilização da antiguidade que apresentava uma cultura um pouco mais estabelecida de relações sociais do que os povos pré-romanos primitivos da Península Ibérica.

Nesse contexto, vários povos, em épocas diferentes, passaram pela Península, formando diversas tribos e espalharam-se por toda a Ibérica. Porém, houve uma predominância de celtas na faixa onde hoje está situado Portugal.

No Século III a.C., os celtiberos pediram ajuda aos romanos quando os povos cartaginenses quiseram apoderar-se da Península Ibérica. Nesses confrontos, fato histórico conhecido como as Guerras Púnicas (264 a.C. a 146 a.C.), as legiões romanas, sob o comando de Cornélio Cipião, ajudaram aos celtiberos a expulsar os cartaginenses.

Nessa direção, são muito expressivas as palavras de Teyssier (1994, p. 8) que descreve esse fato histórico da seguinte maneira:

Os romanos desembarcam na Península no ano 218 a.C. A sua chegada constitui um dos episódios da Segunda Guerra Púnica. Dão cabo dos cartagineses no ano de 209 e empreendem, então, a conquista do país. Todos os povos da Península, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, mais tarde, todos abraçarão o cristianismo. (TEYSSIER, 1994, p. 8).

Após vencerem Cartago em 197 a.C., as legiões romanas, em 219 a.C., vindo da região do Lácio (*latium*) na Península Itálica invadem a Península Ibérica, anexando-a ao território de Roma e tornando-a província romana; como consequência os romanos impõem aos povos peninsulares conquistados sua colonização.

A invasão romana à Península Ibérica e, conseqüentemente, a expulsão dos cartaginenses teve duas finalidades:

Atender ao pedido de socorro de Sagunto, cidade grega atacada pelos soldados de Cartago e, destruir a base de Anibal, general cartaginês que, nessa época, devastava os campos e cidades da Itália, ameaçando seriamente a cidade de Roma. (SILVA, 2000, p 20).

³ Os povos celtas são conhecidos por diferentes denominações, conforme as áreas territoriais que ocuparam: celtiberos na Península Ibérica, gauleses na França, bretões na Grã-Bretanha e gálatas no centro da Turquia.

À expansão do poderio político, além de militar, seguiu-se uma penetração línguocultural, ou seja, “paralelamente à conquista territorial, Roma realizava uma conquista linguística por meio da imposição de sua língua – o latim – aos povos vencidos.” (LIMA, 2009, p. 37).

Nas palavras de Botelho (2013, p. 146), pata tal dominação, os romanos:

introduziram costumes de civilização que não eram conhecidos, abrindo escolas, construindo estradas, templos, organizando o comércio, o serviço de correio e outros. Impuseram com rigor o uso do latim nas transações comerciais e nos documentos oficiais. O latim, prestigiado como língua oficial, ensinada nas escolas, pôde suplantar as demais línguas faladas pelos peninsulares, que adotaram, por conseguinte, a língua do povo dominador. (BOTELHO, 2013, p. 146).

É importante lembrar que a variante latina levada pelos romanos à Península foi o latim vulgar, uma modalidade linguística popular e cheio de desvios, que existiu em todas as épocas da língua latina que o afastava bastante da variante do latim clássico; com a expansão do Império, tornava-se cada vez mais diversificado na medida em que se disseminava com o alargamento do vasto Império Romano Ocidental.

Com efeito, o latim como língua viva estava sujeito às constantes mudanças. Nesse particular, Williams (1973, p. 15) destaca que:

Enquanto a língua das classes cultivadas (o latim clássico) se tornava cada vez mais uniforme sob a influência estabilizadora da cultura e do aprendizado, a língua do povo (o latim vulgar) se tornava cada vez mais diversificada na medida em que se disseminava com a expansão do vasto Império Romano. O latim clássico se tornava uma língua morta, enquanto o latim vulgar se desenvolvia nas chamadas línguas neolatinas ou românicas. (WILLIAMS, 1973, p. 15).

Pelo referido acima, é possível deduzir que foi da variedade latina vulgar que derivaram as línguas românicas⁴. Numa visão diacrônica da evolução do latim, pode-se dizer que estas línguas neolatinas, como o português, “[...] seriam a fase atual do latim, considerada as variáveis de tempo e espaço.” (GARCIA, 2000, p. 18). Assim, as línguas românicas que se desenvolveram, nos séculos posteriores à dissolução do Império Romano do Ocidente, não são mais do que evoluções diferentes do latim. Muitos dos aspectos gramaticais delas demonstram que são a continuação direta do latim popular (*sermo plebeius*).

⁴Línguas que se constituíram como desdobramentos históricos do chamado latim vulgar, isto é, do conjunto de variedades do latim falado pelas populações das diferentes regiões do Império Romano. (FARACO, 2016).

Pelo exposto, compreende-se que a língua portuguesa representa o estado atual do latim vulgar passado por inúmeras transformações na Lusitânia e influenciado pelos falares peninsulares; por isso não é de se estranhar que a língua dos romanos constitua o substrato do Português. É nesse sentido que se compreende que a origem mediata da língua portuguesa é o latim vulgar.

Nas palavras de Spina (2008, p. 27), como língua falada,

o latim vulgar evidentemente se transformou com o tempo; entre uma conquista e outra muitas vezes decorriam séculos, e a língua imposta nas diversas regiões se apresentava, com certeza, distinta. Assim, o latim levado para a Península Ibérica, por exemplo, em 197 a.C. mais ou menos, deve ter sido mais arcaico que o levado para Dácia em 107 d.C. (SPINA, 2008, p. 27)

Com a extensão e/ou implantação das fronteiras do Império Romano e o processo de latinização, que consiste na assimilação cultural e linguística dos povos incorporados ao universo da tradição latina, a área onde o latim estava presente – língua dos romanos, do pensamento de Roma e de sua civilização – expandiu-se e, aos poucos, a dominação militar, social, política e, principalmente, linguística dos romanos foi efetivamente acontecendo.

Cumprir pontuar que o processo de romanização marca, de forma mais efetiva, o início das mudanças linguísticas que o latim viria sofrer, pois ao ser incluído dentro de um grande território passou a influenciar e ser influenciado por outros idiomas existentes na época. Nesse contexto, as línguas dos povos conquistados influenciavam o latim vulgar usado na península, tornando-o cada vez mais diferente da língua de Roma.

Segundo Bassetto (2005), Roma não impunha diretamente sua língua nem cerceava o livre uso dos idiomas nativos, o processo de latinização se concretizava de forma indireta. E ainda conforme o referido autor, os principais fatores de latinização foram:

Exercício romano (*sermo militaris* ou *castrensis*); Colônias militares de veteranos (*sermo urbanus*); Colônias civis (*ius suffragii* e *ius honorum* ou *ius latinum*); Administração romana (*imperium*); Obras públicas: estradas (*viae*), abastecimento de água, teatros, outros edifícios e o Comércio. (BASSETTO, 2005, p. 103).

No plano linguístico, a partir do século IV, acentuam-se duas variantes latinas de Roma: *sermo urbanus* – linguagem do estrato social mais culto, também conhecido como *sermo quotidianus*, era a língua falada pela aristocracia de Roma, cuja forma escrita constitui o latim literário ou clássico; e o *sermo plebeius* – linguagem da massa popular inculta que,

tradicionalmente, é conhecido como latim vulgar: *rusticus* (camponeses), *castrenses* (militares) e *peregrinus* (estrangeiros).

Em síntese, nessa conjectura plurilinguística, o latim foi crescendo com o Império Romano e decaiu com ele depois das invasões dos povos góticos, que determinaram o fim do Império Romano do Ocidente no século V d.C. Com a queda do Império, o latim perdeu força, mas não morreu.

Nesse período de fragmentação do Império Romano do Ocidente, aproximadamente em 476 d.C., as escolas foram fechadas e a nobreza desbancada, logo não havia mais os elementos unificadores da língua latina.

No entanto, em situações geográficas e com condições sociais, econômicas e culturais diferentes, do latim vulgar falado pelas populações deixadas pelo refluxo político de Roma, já bastante modificado pela ação de substratos linguísticos peninsulares, nasceram as línguas românicas que perpetuam traços da língua dos romanos.

Nesse período, os povos bárbaros⁵ invadiram a Península Ibérica; esse fato histórico foi um fator preponderante para ruptura dos laços que uniam Roma as várias províncias do Império. Todavia, esses grupos não conseguiram impor suas línguas maternas, o latim perdeu a sua unidade como língua, gerando inúmeros falares locais que se desenvolveriam em numerosos idiomas.

Os povos bárbaros eram povos de pouca cultura e expressão artística, porém extremamente guerreiros, mesmo assim, deixaram influências linguísticas para a língua usada nas regiões que foram conquistadas.

No período das invasões bárbaras, houve a consolidação do Cristianismo na região. De certo, o latim cristão foi, portanto, a língua usada na época. Dentre os povos bárbaros, os primeiros a chegarem à Península Ibérica, depois de sua romanização, foram os vândalos, fixando-se na Galícia e na Bética, conhecida a partir daí como Andaluzia. Mais tarde, os vândalos emigraram para a África, onde fundaram uma vasta monarquia.

Aproximadamente em 411, os povos suevos se fixaram na Galícia e na Lusitânia, eles estabeleceram um Estado pacífico, tendo como capital Bracara (atual cidade de Braga) e fundaram sua primeira fortificação, chamada de Portocale (atual cidade de Porto).

Por volta de 585, chegaram os visigodos ou godos, vindos do ocidente, conquistaram os suevos e formaram um forte e importante reino que ocupava toda a Espanha atual, com exceção do País Basco e da Galícia, que ainda eram denominados pelos suevos.

⁵ Os romanos chamavam de bárbaros todos os povos e tribos que habitavam fora de seu território e não eram cidadãos romanos sob proteção do imperador.

Nas palavras de Othero (2000, p. 18):

Os povos bárbaros, apesar de terem conquistado a Península Ibérica, adotaram o latim como língua própria, alterando-o, assim, significativamente. Além do mais, as escolas foram fechadas e a nobreza romana desapareceu, levando consigo as poucas pessoas que falavam e escreviam o latim culto e ajudando ainda mais para a transformação do latim na Península. (OTHERO, 2000, p. 18).

O efeito dessas migrações germânicas na língua falada pela população da Península Ibérica não foi uniforme, iniciando, dessa forma, um processo de diferenciação regional. Apesar do contato do latim com as línguas germânicas durarem três séculos, são poucas as marcas linguísticas de origem germânica no português.

Teyssier (1994, p. 7) descreve esse fato histórico da seguinte forma:

Em 409, invasores germânicos – vândalos, suevos e alanos – afluem ao sul dos Pireneus, seguidos, mais tarde, pelos visigodos. Assim começa um dos períodos mais obscuros da história peninsular, que terminará em 711, com a invasão muçulmana. Os alanos foram rapidamente aniquilados. Os vândalos passaram para a África do Norte. Os suevos, em compensação, conseguiram implantar-se e, por muito tempo, resistiram aos visigodos, que tentavam reunificar a Península a seu favor. No século V o reino suevo era muito extenso, mas por volta de 570 reduziu-se à Gallaecia e aos dois bispados lusitanos de Viseu e Conímbriga. Em 585, esse território foi conquistado pelos visigodos e incorporado ao seu Estado. No que diz respeito à língua e à cultura, a contribuição dos suevos e dos visigodos foi mínima. Tiveram um papel particularmente negativo: com eles a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão preponderar sobre as de coesão. Se o latim escrito se mantém como a única língua de cultura, o latim falado evolui rapidamente e diversifica-se. (TEYSSIER, 1994, p. 7).

Como exposto, em 711 d.C., chegaram à região da Península Ibérica os mouros (eram maometanos – muçulmanos e tinham o árabe como língua de cultura), originalmente povos oriundos do Norte de África e, em pouco tempo, conquistam a Península, com inclusão da Lusitânia e da Gallaecia.

Com a invasão moura, o árabe foi adotado como língua oficial nas regiões conquistadas, mas a população continuava falando romance. Apesar dessa dominação cultural, o latim era a língua corrente falada pelo povo.

Os povos árabes influenciaram a cultura e os falares da região invadida, na medida em que alguns habitantes da Península que falavam um latim vulgar já bastante alterado passaram adotar também o idioma árabe – eram os moçárabes. No entanto, o domínio árabe “não conseguiu destruir um movimento de resistência cristã, cujos adeptos se refugiaram nas

Astúrias, ao Norte da península e se organizaram para a reconquista, que aconteceu árdua e paulatinamente.” (BOTELHO, 2013, p. 148).

Nessa direção, no final da Idade Média, mais precisamente em 1492, ainda durante a conquista dos mouros, no período conhecido como as Cruzadas Cristãs, o Rei Afonso VI, Rei das regiões de Castela, Leão e Aragão (hoje corresponde ao misto entre Espanha e Portugal), convoca vários guerreiros para lutar contra os mouros para expulsá-los da Península Ibérica (fato histórico conhecido como Guerra de Reconquista, conflito religioso) e deixa D. Henrique encarregado para liderar a retirada dos árabes da Península.

No século XI, à medida que os antigos territórios foram sendo reconquistados pelos cristãos, os árabes são expulsos para o sul da Península, onde surgem os dialetos moçárabes, a partir do contato interlinguístico entre a língua árabe e o latim. Com efeito, após várias batalhas, aconteceu o sucesso da retomada cristã e a expulsão dos mouros, resultando na tomada de Granada, sul da Espanha, que era o último reduto dos mouros na Península Ibérica.

Segundo Teyssier (1994, p. 8), esse processo de reconquista:

provocou importantes movimentos de populações. Os territórios retomados aos “mouros” estavam frequentemente despovoados. Os soberanos cristãos “repovoavam” esses territórios e entre os novos habitantes havia em geral uma forte proporção de povos vindos do Norte. Foi assim que o galego-português recobriu, pouco a pouco, toda a parte central e meridional do território português. (TEYSSIER, 1994, p. 8).

Nesse contexto, para libertar o território ibérico do domínio árabe, nobres de diferentes religiões participaram das chamadas *guerras santas* (mulçumanos versus cristãos). Para o objetivo deste manuscrito, cumpre ressaltar a figura de Henrique de Borgonha, que recebeu como prêmio a mão de D. Teresa, filha de Afonso VI, e como fruto desse casamento nasceu Afonso Henriques, importante personagem para o surgimento de Portugal.

SURGIMENTO DE PORTUGAL: DO GALEGO-PORTUGUÊS À LÍNGUA PORTUGUESA

No plano geográfico, ao Norte da Península Ibérica, surgem a Galiza – dote que o Rei de Leão e Castela, D. Afonso VI, ofereceu a D. Raimundo, ao se casar com sua filha legítima, D. Urraca, e o Condado de Portucale, feudo localizado no Reino de Leão, oferecido a D. Henrique de Borgonha, ao se casar com a filha bastarda do Rei, Teresa de Leão.

Após a morte do conde D. Henrique, sua esposa D. Teresa assume o poder como regente, mas surgem problemas familiares e políticos – D. Teresa planeja se casar com D.

Fernando, nobre galego, passando assim o território do Condado Portucalense às mãos do Reino da Galiza (Espanha) – tal situação não é aprovada pelo seu filho D. Afonso Henriques, que já senhor daquele condado, não aceitava a decisão da mãe.

Como consequência de tal fato, D. Afonso Henriques se rebela e derrota sua mãe D. Teresa na batalha de São Mamede (1128), na cidade de Guimarães, no norte de Portugal. Por conseguinte, toma o poder e se proclama rei do condado, que ele denomina reino de Portugal.

Faraco (2016, p. 17) narra a história de Portugal da seguinte forma:

Como parte da estratégia militar de enfrentamento dos muçulmanos, o rei Afonso VI, de Leão e Castela (rei de (1065 a 1109), atraiu nobres franceses para seus domínios. Entre eles, Henrique de Borgonha, a quem concedeu (provavelmente em 1066), a título hereditário, o Condado Portucalense, *'agrupando os antigos condados de Portucale e de Coimbra, assim destacados da Galiza'* (SOUSA, 2010 : 25) e correspondendo aproximadamente ao que constitui hoje o centro-norte de Portugal, entre os rios Mondego e Minho. (FARACO, 2016, p. 17).

Como exposto, Portugal surge no século XII, quando Afonso I (Afonso Henriques), filho do conde Henrique de Borgonha, torna o condado de Portucale independente de Castela e de Leão. É a batalha de São Mamede que, tradicionalmente, se faz remontar essa independência.

Como consequência dos confrontos, o Condado Portucalense foi desmembrado de Leão e Galícia, tornando-se um reino independente, logo não mais ficaria anexado ao país vizinho – reino de Leão, reino de Castela e, finalmente, reino de Espanha. E assim, em 1139 nascia o reino de Portugal, com a dinastia de Borgonha.

Figura 2 – Mapa da Península Ibérica



Fonte: tempocaminhado (2017)

O novo reino independente de Portugal projeta-se para o sul, anexando as regiões reconquistadas aos mouros por meio de guerras patrocinadas pela Igreja Católica contra os invasores árabes.

Desse modo, com a tomada de Faro em 1249, com a conquista do Algarve e com a proclamação da independência por Afonso Henriques, Portugal define seus limites atuais e tem seu primeiro rei, estabelecendo-se a divisão entre Espanha e Portugal.

Nessa região peninsular ocorreu uma miscigenação cultural, contatos linguísticos entre diferentes línguas, dialetos que originaram novas línguas etc. Portanto, indubitavelmente, constituir-se-ia um falar com diversas influências: célticas, mouras, árabes e primordialmente do latim.

Torna-se relevante destacar que a invasão muçulmana e a Reconquista foram acontecimentos históricos determinantes na formação de três línguas peninsulares, quais sejam o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Essas línguas, todas três nascidas no Norte da Península, foram levadas para o Sul pela Reconquista.

Na medida que Portugal se expandia para o Sul, o dialeto galeziano: galego-português, expressão linguística comum à região de Portugal e da Galiza (atual Espanha), incorporava os falares locais e, conseqüentemente, iam se sucedendo as diferenciações dialetais entre o falar dos galegos e o falar dos portugueses.

Em decorrência disso, ocorre a divisão da expressão galego-português em duas línguas diferentes, o galego é absorvido pelo castelhano e o português, que continuou evoluindo, tornar-se-á, em sentido lato, a língua românica que se conhece hoje.

Nas palavras de Mattos e Silva (2006), a distinção dialetal entre o galego e o português tem a ver com:

a possível diferenciação dialetal da língua falada a que se poderia opor uma primeira fase do período pré-moderno, em que haveria uma unidade galego-portuguesa, refletida na documentação escrita, e uma segunda fase em que se poderia definir a distinção entre o diassistema⁶ do galego e o do português. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 23).

Para essa separação entre o galego e o português, “diversos eventos sócio-históricos peculiares àquele território contribuíram, ao longo dos séculos, para sua individualização linguística frente aos outros falares ibero-românicos” (FARACO, 2016, p. 14) e direcionaram

⁶ Um diassistema é um termo da dialetologia que define um sistema virtual que existe na base estrutural de duas ou mais línguas com alto grau de inteligibilidade mútua.

à diferenciação entre essas línguas que, na sua origem, constituíram uma mesma área linguística em oposição a outras áreas ibero-românicas.

No processo de afirmação da autonomia de Portugal, Afonso III, em 1255, instala-se em Lisboa, que não mais deixaria de ser a capital do país. Durante todo esse período, “a língua galego-portuguesa, nascida no Norte, vai-se espalhar pelas regiões meridionais, que até então falavam dialetos moçárabes. Lisboa, a capital definitiva, situava-se em plena zona moçárabe”. (TEYSSIER, 1994, p. 20).

Em 1189, a língua portuguesa é reconhecida como língua de cultura, quando utilizada para fins literários na produção da canção *A ribeirinha*, de Paio Soares de Taveirós, dedicada à D. Maria Pais Ribeiro. É importante dizer que, nesta época, ainda não havia regras consistentes de normatização gramatical ou ortográfica. Sendo assim, é comum encontrar em textos desse período uma mesma palavra grafada de várias formas em razão de uma desuniformização da escrita e o sistema gráfico era, basicamente, fonético.

Nesse fluxo histórico-evolutivo da constituição do português moderno a partir da separação do galego-português, Teyssier, (1994, p. 20), contextualiza o português europeu do século XIV nos seguintes termos:

Por volta de 1350, no momento em que se extingue a escola literária galego-portuguesa, as consequências do deslocamento para o Sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal vêm à tona. O português, já separado do galego por uma fronteira política, torna-se a língua de um país cuja capital — ou seja, a cidade onde geralmente reside o rei — é Lisboa. Embora o rei e a corte se desloquem frequentemente, a sua “área de percurso” situa-se agora num território delimitado por Coimbra ao norte e Évora ao sul. É nesta parte do reino que estão implantadas as instituições que desempenham papel cultural mais importante, tais como os Mosteiros de Alco baça e o de Santa Cruz de Coimbra e a Universidade que, fundada em Lisboa em 1288 ou 1290, depois transferida para Coimbra e, em outras ocasiões, novamente para Lisboa, foi, por fim, definitivamente instalada em Coimbra em 1537. Residência privilegiada do rei, Lisboa é também a cidade mais povoada e o primeiro porto do país. E o eixo Lisboa-Coimbra passa a formar desde então o centro do domínio da língua portuguesa. É, pois, a partir dessa região, antes moçárabe, que o português moderno vai constituir-se, longe da Galícia e das províncias setentrionais em que deitava raízes. É daí que partirão as inovações destinadas a permanecer, é aí onde se situará a norma. (TEYSSIER, 1994, p. 20).

Nessa trajetória histórica que resultou na formação de Portugal, destaca-se que o galego começou a se isolar do português desde o século XI com obras em prosa de que a *Crônica Troiana* é um dos melhores exemplos. Além disso, foi em 1440 a primeira nomeação de português para uma variante linguística usada e, entre 1350 e 1450 houve na Galícia uma

segunda floração lírica, da qual os portugueses não participaram. Mas a partir do século XVI o galego deixa de ser cultivado como língua literária e só sobrevive no uso oral.

Em 1536, Fernão de Oliveira escreve a primeira gramática da língua portuguesa, publicada em Lisboa, com o título de *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Em seguida, João de Barros publica sua *Grammatica da Língua Portuguesa* em 1540. Conforme Mattos e Silva (2006), esses instrumentos pedagógicos,

juntamente com as cartilhas, que se multiplicaram daí por diante, darão conformação explícita a um futuro ‘dialeto’ que se tornará a base para o ensino. Desde então será o português a língua da escola ao lado do latim, língua exclusiva da escola em toda Idade Média românica. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 23).

A partir da expansão marítima de Portugal e seus desdobramentos, a língua portuguesa – íbero-românica – em seu formato europeu chega ao Brasil. Em território brasileiro, ela vai receber influências linguísticas indígenas, africanas entre outras, sobretudo em seu nível lexical.

Pelo dito, cumpre frizar que não há, de fato, uma ruptura total entre o latim e o português do Brasil, mas sim uma tradição linguística de evolução, uma vez que o idioma dos romanos sobrevive nas atuais línguas românicas como antecedente imediato dessas línguas, sua dinâmica lexical se apresenta como um fenômeno linguístico de caráter universal, já que todas as línguas vivas estão em constante transformação.

Logo, subentende-se que a língua latina “não se encontra morta, mas sim, viva em *lato sensu*, fazendo parte da variante brasileira como propriedades residuais no movimento do latim vulgar para o português contemporâneo”. (MELO, 2013, p. 69). Dessa forma, o latim continua fazendo parte do dia a dia dos falantes românicos modernos, constituindo, também, o vernáculo dos brasileiros, transformado e atualizado ao longo dos mais de mil anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o objetivo princípio deste artigo tenha sido alcançado, contribuído assim para divulgar e esclarecer, de forma concisa, o caminho percorrido para a constituição da língua portuguesa, qual seja: a romanização da Península Ibérica, a dialeção do latim, a invasão germânica, a invasão árabe, a reconquista da Península até chegar à formação de Portugal e sua expansão marítima.

A amplitude da expansão do latim para o português pode ser avaliada através de um sucinto retrospecto histórico: desde o Lácio (Região da Itália Central, onde, em meados do século VIII a. C., foi fundada a cidade de Roma), passando pela Península Ibérica, (línguas do ramo íbero-românico) e chegando, por fim, em *terra brasilis*, nas quais encontrou novas vertentes para se transformar, em sentido amplo, na Língua Portuguesa do Brasil.

Como visto, dizer que a língua portuguesa tem a sua origem no latim é “chover no molhado”, pois ao referir-se à língua latina, de forma genérica, sem especificação de um período determinado, depara-se com a imprecisão do termo. Com efeito, a língua portuguesa tem a sua origem de forma mediata/indireta do latim vulgar (*sermo plebeius*) e de forma imediata/direta de uma língua nascida no Norte da Península Ibérica (galego) que foi levada ao Sul pela Reconquista, da qual resultou a expansão dos reinos cristãos e de seus respectivos falares românicos e, em seguida, se consolidando como língua de cultura em Portugal.

Quanto aos fatores externos, as línguas evoluem, sobretudo, pelo contato de umas com as outras. Por conseguinte, evidencia-se que a passagem do latim para o português não foi automática. Nesse particular, infere-se que a história externa da língua portuguesa é repleta relações etnolinguísticas de sangue, suor e lágrimas em razão de diversas guerras e invasões, desde sua origem no complexo linguístico indo-europeu, mesclando-se ao latim vulgar e outras variantes linguísticas em contato, prolongando-se no romance galego-português e, finalmente, no eixo Lisboa-Coimbra passando a adquirir a forma, grosso modo, da atual língua portuguesa usado no Brasil.

Por fim, destaca-se que a língua portuguesa do Brasil, mesmo com suas singularidades, corresponde a uma variante românica. Nesse sentido, é possível afirmar que o português e o latim não se apresentam como duas línguas diferentes, este como língua morta e aquele como língua viva, mas dois aspectos historicamente distintos, no tempo e no espaço, de uma mesma língua.

REFERÊNCIAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOTELHO, José Mario. Um pouco da história externa da Língua Portuguesa. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, vol. XVII, n. 9, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editora, 2016.

GARCIA, Janete Mellaso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 2. ed. Brasília: EdUnB, 2000.

LIMA, Lilian Salette Alonso Moreira. *Língua Portuguesa: história*. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia, *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. O uso de expressões latinas como elementos de ornamentação na linguagem publicitária escrita no Português Contemporâneo. *Interfaces*, Guarapuava, vol. 4, n. 2, p. 60-71, dez. 2013.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *Introdução ao português histórico*. São Leopoldo: Edições COOPRAC, 2000.

SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2000.

SPINA, Segismundo. (org.). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. 6. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1994.